

NÍVEL DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DE USUÁRIOS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE

Manuela Soares Mendes¹; Dr^a Andriele Vieira² (orientadora)

RESUMO

Segurança Alimentar e Nutricional é direito de todos ao acesso constante e permanente a uma alimentação de qualidade e em quantidade adequada, não comprometendo outras necessidades. A falta de alimentos, menor poder de compra e utilização inadequada caracterizam a Insegurança Alimentar e Nutricional, que tem aumentado no Brasil sobretudo entre a população de baixa renda. Cada vez mais são necessários indicadores para mesurar a fome como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A pesquisa tem o objetivo de descrever as características sociodemográficas das famílias atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social de um município catarinense e avaliar qualitativamente sua alimentação, seus hábitos alimentares e Escala EBIA. Com o resultado da pesquisa foi possível observar que metade dos entrevistados estavam desempregados, cerca de um terço recebiam auxílio governamental, quase 41,6% estavam sem situação de insegurança alimentar grave e dentre os entrevistados havia pouco consumo de feijão, frutas e verduras. Por conta disso, são necessárias medidas para a implementação de políticas públicas que possam auxiliar essas famílias em situação de insegurança alimentar e incentivar o consumo de frutas e verduras da época visando a redução do impacto financeiro, bem como estimular a diminuição do consumo de alimentos ultra processados.

INTRODUÇÃO

A SAN é definida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, não comprometendo o acesso a outras necessidades essenciais. Deve estar baseada em práticas alimentares que levem à promoção da saúde e que respeitem a diversidade cultural, de forma ambiental e socialmente sustentáveis. A indisponibilidade de alimentos, menor poder de compra ou utilização inadequada a nível domiciliar é a caracterização de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) (BRASIL, 2006; HOFFMANN, 1995).

Em 2017/2018, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) utilizou a EBIA para estimar a insegurança alimentar pela primeira vez. Segundo ele, 36,7% dos domicílios investigados apresentavam algum nível de insegurança alimentar (contra 22,6% em 2013, segundo a PNAD): 24% apresentavam IA leve, 8,1% Insegurança Alimentar (IA) moderada e 4,6% IA grave (BRASIL, 2020). Um estudo recente estimou o aumento da insegurança alimentar no Brasil, especialmente entre a população com renda de até ¼ de um salário-mínimo *per capita*, reforçando o crescimento da fome relacionada à pobreza (SOUZA, et al., 2019).

O advento da pandemia de Covid-19 evidenciou os problemas sociais, a desigualdade econômica e a frágil garantia de direitos, já existentes no país antes da problemática sanitária. Além disso, a pandemia gerou um aumento no desemprego o que deixou muitas famílias em situação de vulnerabilidade. (ASADA; WANDERLEY, 2020; NEVES, et al., 2021).

Historicamente, a fome é medida por indicadores indiretos que, como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), apresentam limitações em termos de precisão. (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Assim, à medida que as preocupações com a fome crescem na população, são cada vez mais importantes indicadores capazes de mensurá-la com mais precisão, subsidiando as tomadas de decisão relacionadas à sua reversão.

1-Acadêmica de Nutrição; manu.mendes20152@gmail.com

2- Doutora em Ciências da Saúde; andriele.vieira@animaeducacao.com.br

Tendo em vista que esse instrumento vem sendo utilizado como um indicador para detectar famílias em risco de insegurança alimentar e que conhecer as prevalências municipais de IA são importantes, uma vez que o município é a unidade executora das políticas públicas vigentes no país. Conhecer a realidade de cada município permite o melhor planejamento, implantação, fortalecimento e focalização das políticas públicas de combate à fome no Brasil. Esse trabalho tem como objetivo identificar os níveis de insegurança alimentar de famílias atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social de um município catarinense.

PALAVRAS-CHAVE:

Segurança alimentar, Insegurança Alimentar e Nutricional, Consumo Alimentar.

MÉTODO:

O objeto desta pesquisa é descrever as características sociodemográficas das famílias atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social de um município catarinense e avaliar qualitativamente sua alimentação, seus hábitos alimentares e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Foram incluídos no estudo representantes das famílias com idade igual ou superior a 18 anos, ambos os sexos, em acompanhamento no CRAS do município que aceitaram participar da pesquisa. O questionário foi composto por perguntas formuladas pela orientadora acerca dos dados sociodemográficos, Questionário de Frequência Alimentar (QFA) baseado no modelo de Barbosa e Lacerda (2017) e a EBIA, escala composta por 14 questões, que com base nas respostas se tem uma pontuação que é usada para categorizar a (in)segurança alimentar das famílias. Com isso a capacidade de mensurar a dificuldade de acesso aos alimentos e as dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar. A investigação da existência de associação entre as variáveis qualitativas foi realizada por meio da aplicação dos testes Qui-quadrado de Pearson, Razão de Verossimilhança e Exato de Fisher, seguidos de análise de resíduo quando observada significância estatística. Todos os testes foram analisados no programa SPSS versão 21. Em todas as análises foi adotado como nível para significância estatística um valor de $p < 0,05$. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina. Todos os indivíduos que participaram do estudo o fizeram de maneira voluntária, com autorização dos mesmos e da UNISUL antes de serem incluídos na pesquisa. Além disso, foi garantido o sigilo dos dados dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Participaram do estudo 101 usuários dos centros de referência da assistência social em um município catarinense, destes 86 (85,1%) eram mulheres e 15 (14,9%) eram homens e possuindo idade média de $41,18 \pm 14,56$ anos, Idade mínima 18 anos e máxima 78. (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico de usuários dos centros de referência da assistência social em um município catarinense

Variáveis	Número (n)	Frequência (%)
<i>Sexo</i>		
Feminino	86	85,1
Masculino	15	14,9
<i>Estado Civil</i>		
Solteiro/a	52	51,5
Casado/a	27	26,7
Divorciado/a	20	19,8
Viúvo/a	2	2,0
<i>Escolaridade</i>		
Analfabeto	2	2,0
Sabe ler e escrever	1	1,0
Ensino fundamental incompleto	35	34,7
Ensino fundamental completo	12	11,9
Ensino médio incompleto	16	15,8
Ensino médio completo	27	26,7
Ensino superior incompleto	4	4,0
Ensino superior completo	4	4,0
<i>Ocupação</i>		
Estudante	2	2,0
Desempregado	51	50,5
Autônomo	22	21,8
Empregado de empresa pública	2	2,0
Empregado de empresa privada	14	13,9
Aposentado	10	9,9
<i>Renda</i>		
Sem renda	29	28,7
< ½ salário mínimo (606,00)	14	13,9
Até 1 salário (1.212,00)	34	33,7
De 1 a 2 salários (1.212,00 a 2.424,00)	21	20,8

Mais de 2 salários	3	3,0
Auxílio governamental		
Sim	34	33,7
Não	67	66,3
Qual		
Auxilio Brasil	27	26,7
Outros	8	7,9
Não possuem	66	65,3
Tipo de casa		
Casa alugada	46	45,5
Casa própria	34	33,7
Apartamento alugado	3	3,0
Casa Cedida	2	2,0
Não referiu	16	15,8
Pessoa com Comorbidade na família		
Sim	46	45,5
Não	55	54,5

Fonte: Autoras, 2023

Dentre os indivíduos, metade 51 (50,5%) estavam desempregados, 29 (28,7%) deles não apresentavam renda e 34 (33,7%) recebiam até um salário-mínimo. Destes 34 (33,7%) recebiam auxílio governamental, 49 (48,5%) moravam de aluguel e 46 (45,5%) possuíam algum familiar com comorbidade.

Tabela 2 - Consumo alimentar e Insegurança Alimentar de usuários dos centros de referência da assistência social em um município catarinense.

Variáveis	Número (n)	Frequência (%)
Classificação EBIA		
Segurança Alimentar	9	8,9
Insegurança alimentar leve	31	30,7
Insegurança alimentar moderada	19	18,8
Insegurança alimentar grave	42	41,6
Assiste TV comendo		

Sim	35	34,7
Não	66	65,3
<i>Refeições: Café da manhã</i>		
Sim	70	69,3
Não	31	30,7
<i>Lanche da manhã</i>		
Sim	14	13,9
Não	87	86,1
<i>Almoço</i>		
Sim	92	91,1
Não	9	8,9
<i>Lanche da tarde</i>		
Sim	45	44,6
Não	56	55,4
<i>Jantar</i>		
Sim	73	72,3
Não	28	27,7
<i>Ceia</i>		
Sim	5	5,0
Não	96	95,0
<i>Feijão</i>		
Sim	45	44,6
Não	56	55,4
<i>Frutas</i>		
Sim	35	34,7
Não	66	65,3
<i>Verduras</i>		
Sim	44	43,6
Não	57	56,4
<i>Embutidos</i>		
Sim	17	16,8
Não	84	83,2

Bebidas Adoçadas

Sim	44	43,6
Não	57	56,4

Macarrão-instantâneo/salgadinhos

Sim	22	21,8
Não	79	78,2

Doces

Sim	17	16,8
Não	84	83,2

Fonte: Autoras, 2023

Entre os participantes 9 (8,9%) estavam em segurança alimentar, 31 (30,7%) em insegurança alimentar leve, 19 (18,8%) em insegurança alimentar moderada e 42 (41,6%) em situação de insegurança alimentar grave. Dentre os entrevistados, a maioria fazia apenas as 3 refeições principais ao dia, mais da metade 56 (55,4%) não comem feijão, 66 (65,3%) não consomem frutas, 57 (56,4%) não consomem verduras em suas refeições e mais de um terço 44 (43,6%) ingere bebidas adoçadas (tabela 2).

Tabela 3– Relação entre o consumo alimentar e a Insegurança Alimentar de usuários dos centros de referência da assistência social em um município catarinense.

Variáveis	Classificação EBIA				Valor de <i>p</i>
	Segurança Alimentar N (%)	Insegurança Alimentar Leve N (%)	Insegurança Alimentar Moderada N (%)	Insegurança Alimentar Grave N(%)	
Assiste TV comendo					0,222 ^b
Sim	4 (44,4)	11 (35,5)	3 (15,8)	17 (40,5)	
Não	5 (55,6)	20 (64,5)	16 (84,2)	25 (59,5)	
Café da manhã					0,374 ^b
Sim	8 (88,9)	23 (74,2)	12 (63,2)	27 (64,3)	
Não	1 (11,1)	8 (25,8)	7 (36,8)	15 (35,7)	
Lanche					0,008^b
Sim	4 (44,4)	7 (22,6)	1 (5,3)	2 (4,8)	
Não	5 (55,6)	24 (77,4)	18 (94,7)	40 (95,2)	
Almoço					0,311 ^b

1-Acadêmica de Nutrição; manu.mendes20152@gmail.com

2- Doutora em Ciências da Saúde; andriele.vieira@animaeducacao.com.br

Sim	9 (100)	29 (93,5)	18 (94,7)	36 (85,7)	
Não	0 (0)	2 (6,5)	1 (5,3)	6 (14,3)	
Lanche					<0,001^b
Sim	9 (100)	17 (54,8)	6 (31,6)	13 (31)	
Não	0 (0)	14 (45,2)	13 (68,4)	29 (69)	
Jantar					0,100 ^b
Sim	8 (88,9)	25 (80,6)	15 (78,9)	25 (59,5)	
Não	1 (11,1)	6 (19,4)	4 (21,1)	17 (40,5)	
Ceia					0,856 ^b
Sim	1 (11,1)	1 (3,2)	1 (5,3)	2 (4,8)	
Não	8 (88,9)	30 (96,8)	18 (94,7)	40 (95,2)	
Feijão					0,020^b
Sim	7 (77,8)	16 (51,6)	10 (52,6)	12 (28,6)	
Não	2 (22,2)	15 (48,4)	9 (47,4)	30 (71,4)	
Frutas					<0,001^b
Sim	7 (77,8)	17 (54,8)	5 (26,3)	6 (14,3)	
Não	2 (22,2)	14 (45,2)	14 (73,7)	36 (85,7)	
Verduras					0,004^b
Sim	6 (66,7)	19 (61,3)	9 (47,4)	10 (23,8)	
Não	3 (33,3)	12 (38,7)	10 (52,6)	32 (76,2)	
Embutidos					0,215 ^b
Sim	1 (11,1)	9 (29)	2 (10,5)	5 (11,9)	
Não	8 (88,9)	22 (71)	17 (89,5)	37 (88,1)	
Bebidas Adoçadas					0,242 ^b
Sim	6 (66,7)	15 (48,4)	9 (47,4)	14 (33,3)	
Não	3 (33,3)	16 (51,6)	10 (52,6)	28 (66,7)	
Salgadinhos					0,923 ^b
Sim	2 (22,2)	8 (25,8)	4 (21,1)	8 (19)	
Não	7 (77,8)	23 (74,2)	15 (78,9)	34 (81)	
Doces					0,140 ^b
Sim	3 (33,3)	8 (25,8)	2 (10,5)	4 (9,5)	
Não	6 (66,7)	23 (74,2)	17 (89,5)	38 (90,5)	

^bValor obtido após aplicação do teste razão de verossimilhança
Fonte: Autoras, 2023.

Quando verificada a relação entre os marcadores de consumo alimentar e os níveis de insegurança alimentar (Tabela 3), observou-se diferença estatisticamente significativa entre a realização de lanches e o nível de insegurança alimentar, sugerindo que na presença de algum nível de insegurança os usuários não realizam lanches. Com relação ao consumo alimentar, a ISAN parece estar diretamente relacionada a redução do consumo de feijão, frutas e verduras.

Nessa pesquisa identificou-se que mais de 90% dos entrevistados encontravam-se em algum nível de INSAN e quase metade destes em insegurança grave. Diante das informações é possível estabelecer a relação entre a insegurança alimentar e fatores socioeconômicos, demográficos e de consumo alimentar. (MORAIS; LOPES; PRIORE, 2020).

Um dos principais determinantes para a insegurança alimentar é a pobreza, a falta ou baixa renda familiar, pois assim não é possível comprar os alimentos em quantidades ou em qualidade suficiente, isto é, a família não tem acesso regular a uma alimentação adequada. Outras fontes de insegurança alimentar são situações emergenciais como guerras e conflitos que causam mais impostos sobre os alimentos, e afetam principalmente a população mais carente (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2019).

Outro fator relevante para essa situação, foi o aumento do desemprego principalmente após a COVID-19, que deixou famílias em situação de extrema pobreza com uma renda insuficiente o até mesmo sem renda, o que reduziu o poder de compra e o acesso a uma alimentação saudável e adequada (NEVES, et al., 2021).

No Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, foi revelado que cerca de 116 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos e 43 milhões não contavam com alimentos suficientes (Rede PENSSAN, 2020)

Em decorrência do colapso que a economia sofreu em consequência da pandemia, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que a inflação alcançou em 2020 o patamar de 4,52%, percentual medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo o maior índice registrado desde 2016 (de 6,29%) e elevando em 14,09% o valor das bebidas e dos alimentos. Essas informações também indicam que alguns itens importantes da cesta básica tiveram um aumento de preço significativo, dentre os quais se destacam o arroz (76,01%), a batata inglesa (67,27%), o tomate (52,76%), as frutas (25,40%) e as carnes (17,97%) (GALINDO, et al., 2022; IBGE)

Uma pesquisa apresentou que 49% da população brasileira com 18 anos ou mais declarou que houve mudança dos hábitos alimentares na pandemia. Estão incluídos nessa mudança o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados ou, em casos mais extremos a falta de alimentos por dificuldades financeiras (IBOPE, 2020)

A alteração na ingestão alimentar foi demonstrada em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde verificaram que as mudanças no estilo de vida, o aumento do preço do produto e o avanço dos ultraprocessados - alimentos práticos para serem preparados no dia a dia, são alguns dos motivos principais para a redução do consumo do feijão.

De acordo com que é recomendado no Guia Alimentar para População Brasileira a base da nossa alimentação deve ser de alimentos *in natura* ou minimamente processados como: grãos, frutas, verduras, legumes, leite, ovos, feijão, arroz e entre outros, porém como é possível verificar pelos dados da pesquisa o consumo de alimentos como frutas, verduras e o feijão não são consumidos pela maioria dos entrevistados (BRASIL, 2014).

Além disso, a insegurança alimentar não se expressa apenas em carências nutricionais e suas consequências biológicas. Já existem comprovações sobre a associação da insegurança alimentar e o aumento do consumo de alimentos de baixo custo e alto valor calórico, transtornos alimentares, adaptações metabólicas decorrente de jejum frequente (KEPPLE; CORRÊA, 2011).

Vale ressaltar também que o questionário usado foi referente aos alimentos consumidos no dia anterior (SISVAN), assim não se pode ter precisão de como é a alimentação geral dos entrevistados com base no dia anterior a entrevista. Trata-se de um recorte da rotina que pode não representar a alimentação dos mesmos.

CONCLUSÕES

Conclui-se que dentre os participantes da pesquisa cerca de metade estavam desempregados, uma parte não possuía renda ou apenas recebiam até um salário-mínimo e 33,7% recebiam auxílio governamental. Com isso, é possível relacionar esses fatores com o alto número de participantes em situação de insegurança alimentar grave 41,6%, outro fator importante para essa situação foi a pandemia da COVID-19 que gerou muitas mudanças nos hábitos alimentares da população como o aumento no consumo de ultraprocessados e até mesmo falta de alimentos pela dificuldade financeira. Com relação ao consumo alimentar, nota-se o baixo consumo de alimentos como: feijão, frutas e verduras entre os entrevistados, o que está distante do que é recomendado para uma alimentação mais adequada e uma qualidade de vida.

Torna-se necessário então, cobrar das autoridades um melhor planejamento e implementação de políticas públicas de combate à fome, principalmente para as famílias com níveis mais elevados de insegurança alimentar. Além disso, incentivar a busca por alimentos como frutas e verduras da estação que possuem um preço mais acessível e que são muito importantes para se ter uma alimentação mais equilibrada e não em sua maioria por produtos ultraprocessados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Caderno ‘Segurança Alimentar’. [Internet] Brasília, 2019. Available from: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>

Galindo E, Teixeira MA, Araújo M, Motta R, Pessoa M, Mendes L, et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Work Pap Ser Food Justic [internet]. 2021 Abr 13 [acesso em 2022 Abr 26]. Disponível em: https://www.lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-for-justice/publications1/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html

Hoffmann R. Pobreza, Insegurança Alimentar e desnutrição no Brasil. *Estud Av* 1995; 9(24):159-172.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Tubarão-SC [internet]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/tubarao.html>.

Kepple A, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(1):187-199.

MORAIS DC, LOPES SO, PRIORE SE. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. *Ciênc Saúde Coletiva*. 25(7):2687-2700, 2020.

Neves JA, Machado ML, Oliveira LDA, Moreno YMF, Medeiros MAT, Vasconcelos FAG. Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. *Rev Nutr*. 2021;34:e200170.

Rede PENSSAN. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. [Internet]. Brasil; 2020 Available from: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

Ribeiro-Silva R de C, Pereira M, Campello T, Aragão É, Guimarães JM de M, Ferreira AJ, et al.. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2020Sep;25(9):3421–30. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>

Santos LP, Schafer AA, Meller FO, Harter J, Nunes BP, Silva ICM, et al. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. *Cad Saúde Pública* [internet]. 2021 Mai [acesso em 2022 Abr 26]; 37(5). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00268520>

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. *SER Social* [internet]. 2021 [acesso em 2022 Abr 27]; 23(48):28-52. Doi: <http://dx.doi.org/10.26512/sersocial.v23i48.32423>

Sousa LRM, Segall-Corrêa AM, Ville AS, Melgar-Quiñonez H. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. *Cad Saúde Pública*. 2019;35(7):e00084118.

UNICEF. Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes [internet]. 2020 [acesso em 2022 Abr 27]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>

